



Diálogos Insulares: São Tomé e Príncipe e Brasil

Entrevista com Nazaré Ceita

Idalina Maria Almeida de Freitas¹

Lauro José Cardoso²

Pensando nas conexões estabelecidas ao longo dos séculos entre São Tomé e Príncipe e Brasil, bem como a busca e o interesse pela produção historiográfica e nas ciências humanas de mulheres intelectuais do continente africano, nasceu a motivação para essa entrevista. A perspectiva africana da professora Nazaré Ceita sobre os diversos processos históricos acerca dos ilhéus, entrelaçadas as suas experiências pessoais, intelectuais e políticas é um convite a perceber a enorme potencialidade tanto no diálogo com as produções já realizadas e investigações em curso sobre o arquipélago, bem como as inúmeras potencialidades de pesquisas e diálogos ainda a serem desenvolvidas em diversos campos das Ciências Humanas.

Maria Nazaré Ceita, natural de São Tomé e Príncipe é Master em História com especialidade em Antropologia pela Universidade de S. Petersburgo/ Rússia (1988); pós-graduada em Desenvolvimento Socioeconômico, Economia e Estratégias pelo ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa (1991), Mestre em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2006) com dissertação denominada **“Para uma História da Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos de STP (1875-1926)”**. Doutora em Ciências Sociais, Área do Desenvolvimento Socioeconômico pelo Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (2020), onde defendeu a tese **“De serviçais a funcionárias rurais: Estudo sobre a Participação e**

1 Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

2 Mestrando em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999” aprovada com distinção pela maioria do Júri.

Ocupou dentre muitos cargos no país, a Diretoria Geral da Cultura (1995-2010), Biblioteca Nacional (2010-2014), Secretária Geral para a Comissão Nacional da UNESCO (2012-2014), Membro do Conselho de Administração da Escola do Património Africano de Porto Novo/ Benim (2007-2009), Coordenadora da Comissão Nacional para a Salvaguarda do Património Histórico-Cultural de STP, Consultora da Secção do Património Imaterial da UNESCO para Angola (2015-2016) . É Pró-Reitora para a área de Cooperação, Empreendedorismo e Inovação na Universidade de São Tomé e Príncipe - USTP, Coordenadora do Departamento das Ciências Sociais e Humanas, docente nas mais variadas cadeiras dos Cursos de Licenciatura em História e Economia na mesma instituição e na Universidade Lusíada de STP.

Entrevista realizada em 11 de agosto de 2020.

Para começar, a senhora poderia falar sobre a sua trajetória pessoal e profissional?

Eu sou Maria de Nazaré Ceita, natural de São Tomé e Príncipe, tenho 58 anos. Sou filha de Jerônimo Ceita, falecido e de Maria da Conceição Costa Ceita. Somos apenas dois filhos. Minha mãe foi auxiliar de jardim de infância e meu pai funcionário dos correios. Por causa da profissão do meu pai, isso no tempo colonial, a nossa residência era muitas vezes mudada de um lugar para outro. Daí que mesmo em São Tomé tenhamos vivido várias vezes em várias freguesias, hoje cidades de São Tomé, muitas dessas freguesias são hoje capitais do distrito. Entre 1970 até 75 ainda pequena, viajamos para Angola, meu pai a trabalho, vivemos em Luanda e depois em Salazar hoje N'dalatando.

Partindo desses deslocamentos a trabalho do meu pai, fiz várias fases do meu ensino parte em São Tomé e parte em Angola. Em Angola fiz parte da escola primária no Liceu durante 5 anos, terminando em 1975. Nós abandonamos Angola por causa dos conflitos armados que surgiram antes da independência do país, entre os Movimentos de Libertação, na altura MPLA, UNITA e FNLA³. Lembro-me que com 13 anos quando estávamos na véspera da Independência de São Tomé e Príncipe em 12 de julho de 1975, retornamos, e todos os são-tomeense tinham combinado de fazer

3 MPLA -Movimento Popular de Libertação em Angola; UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola; FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.

uma festa pela independência, era a libertação.⁴

Como todos os jovens da minha idade, que se interessavam pelos estudos, fiz o meu percurso inicial normal e, em 1980 terminei o Liceu. É enfim, mais ou menos esse o meu percurso, mas a verdade eu queria que vocês percebessem que de fato eu vivi entre vários locais, conhecendo várias pessoas e, convivendo com colegas de outras nacionalidades, várias etnias de Angola, vários portugueses, cabo verdianos também. E, portanto, tive assim essa infância marcante.

E o encontro com a História? Como surgiu o interesse pelas Ciências Humanas e Estudos Africanos?

Meu encontro com a história não foi casual. No meu tempo no Liceu nós fazíamos opções, no décimo ano e a partir do quinto ano, alguns faziam história se tivesse vocação pelas ciências humanas e os que tivessem outra vocação, optavam pelas ciências exatas. Acontece que todo o meu percurso inicial, a matemática (risos) nunca foi a minha praia, e daí que tirava notas razoáveis, física e química, mas a matemática não, eu era péssima aluna em matemática! E nas letras eu era boa! Portanto, sempre me destaquei em história, estudei filosofia, estudei francês, estudei alemão.

O interesse pelos estudos africanos vem depois, mas como não havia universidade no nosso país, uma espécie de militância nós éramos obrigados a fazer, eram tempos revolucionários, não é?! Ainda em 1975 não havia muitos quadros, quando acabássemos o Liceu é que já sabíamos alguma coisa que poderíamos dar aos outros. Daí que em uma espécie de militância ativa, éramos obrigados a contribuir para revolução, dando aulas. Dei aulas no ensino preparatório, hoje seria o fim do ensino básico e o meu emprego por sinal (risos) foi dar aulas de história.

Portanto eu dava aula de história, primeiro dei no curso noturno, muitos alunos, alguns deles saiam do curso de alfabetização, porque o país tinha na altura da independência cerca de 60% de analfabetos e, muitos desses analfabetos aprenderam a ler e escrever com Paulo Freire, célebre pedagogo brasileiro, cuja pedagogia, cuja metodologia nós adotamos no país. Ele, portanto, fez um importante curso de alfabetização no país aos analfabetos das roças sobretudo, pessoas que vendiam peixes, mulheres e homens. Muitas dessas pessoas, conseguiram acabar a quarta classe e estavam desejosos de continuar os estudos, daí que fui professora de algumas dessas pessoas. Eu lembro que eu tive uma aluna que saiu da alfabetização e depois se tornou um quadro de nível superior como pedagoga. Então eu fico muito satisfeita que eu tenha contribuído nesta altura para que estes alunos tivessem feito a sua progressão na carreira. Depois, entre 1981/82 continuei dando aulas de história

4 Sobre o processo de independência no país, ver: Augusto Nascimento, « São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra », Anuário Antropológico [Online], I | 2015, posto online no dia 01 junho 2018, consultado no dia 08 outubro 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1496>

aos alunos menores de duas regiões do nosso país, na zona Norte: Guadalupe e Neves. Foi onde eu trabalhei até 1982 antes de apanhar uma bolsa de estudos.

Quando partimos de São Tomé e Príncipe neste ano, achei que fosse estudar sociologia, o que eu quero dizer com isso, é que nos era dado em São Tomé e Príncipe durante a Guerra Fria, pois havia problemas no sentido de São Tomé e Príncipe fazer uma opção pelo seu desenvolvimento. Então os únicos países que nos deram mão na altura para formação dos quadros, foram os países socialistas. Tivemos a União Soviética, Cuba, Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia e a própria China. Portanto que foi onde os nossos quadros foram formados. E na Guerra Fria era preciso que os países se desenvolvessem e se posicionassem.

Apesar de São Tomé e Príncipe ser posicionado numa determinada época da sua história, fundamentalmente nos finais dos anos 70, princípios dos anos 80, no movimento dos não aliados, criados como vocês sabem, a Conferência de Bandung em 1955⁵. E tivemos que fazer opções e, as opções do estado foram feitas, portanto, em uma lógica socializante. E daí que esse apoio teve que ser bem aproveitado e eu, portanto, fui estudar na União Soviética. A Rússia foi onde me coube estudar, estudei em uma cidade extraordinária, uma cidade com marcas europeias muito profundas, que foi o antigo São Petersburgo, situada na fronteira com os países europeus nórdicos como a Finlândia, Noruega, Suécia e com aqueles três pequenos países que foram anexados no tempo da Segunda Guerra Mundial, a Letônia e os outros dois que agora o nome não me vem à memória. Dividida por um rio, Rio Neva com pontos que se abrem no verão durante a noite branca, sinto-me sinceramente privilegiada em ter estudado naquela cidade.

São Tomé e Príncipe como dizia, não tinha quadros formados, havia por exemplo apenas dois médicos, não havia engenheiros, e, portanto, as portas da formação volto a repetir, foram abertas por esses países que acabei de mencionar. Aí permaneci 6 anos e quando me disseram que eu ia estudar história, olha vocês não imaginam a alegria que isso me deu! Porque eu já estava muito por dentro da história e na Rússia quando começamos a estudar, e a fazer uma licenciatura já se optava por uma cátedra e por uma especialização. Daí que entra a arqueologia, etnografia e antropologia eu preferi optar pela antropologia, portanto, eu acabei fazendo a minha formação em história, com especialidade em etnografia e antropologia. Portanto foi este o meu percurso. Meu interesse nos estudos africanos desperta a partir dos especialistas que foram meus orientadores de estudos na Rússia. Nós éramos obrigados a fazer uma tese de licenciatura e, os meus orientadores eram todos especialistas em África. Eram especialista dos *massais* do Quênia, eram especialistas alguns dos

5 Reunião de 29 países asiáticos e africanos em Bandung (Indonésia), entre 18 e 24 de Abril de 1955, com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global, visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

Egon da Nigéria, dos *Haussá* e, outros povos africanos. Estudávamos então desses povos suas culturas materiais, suas culturas espirituais, para além disso nossa universidade estava associada ao museu etnográfico da academia de ciência, onde permanecíamos horas a fio a estudar a vida cotidiana desses povos. Enfim, foi este mais ou menos a minha entrada nos estudos africanos e na história.

Fale um pouco sobre a circulação de estudos e pesquisas sobre o continente africano e especialmente São Tomé e Príncipe no seu processo de formação acadêmica.

Assim, como eu estava a dizer, a nossa iniciação ao estudo da África começa com o nosso país na libertação nacional. Nós conhecemos a África a partir da negritude, a partir dos estudos nacionalistas, tínhamos Aimée Cesare, dentre outros, tínhamos, portanto, um conjunto de estudiosos que no fundo eram da negritude. Tivemos aqui a poetisa Alda do Espírito Santo, que foi a nossa poetisa maior, a nossa poetisa de Luta de Libertação Nacional que nos trouxe os aportes desses grandes estudiosos e que foram nos trazendo conhecimento sobre a África.

Após a independência, no final dos anos 80 começamos a conhecer Cheikh Anta Diop, enfim, um conjunto de historiadores, que no fundo nós passávamos aos nossos concidadãos e mais tarde aos nossos alunos né?! Joseph Ki-Zerbo por exemplo, é muito conhecido e tínhamos o estudo hoje mais recente, a coletânea de História Geral da África da Unesco, que os nossos alunos se servem bastante desses estudos, porque creio que não há um muito mais completo. É verdade que temos outros historiadores africanos, mas de fato, História Geral da África dos anos 80, muito nos influenciou.

E com efeito, sobre a história de São Tomé e Príncipe, eu não posso deixar de mencionar o nosso historiador maior como eu chamo, que é o Dr. Carlos Neves, autor da História de São Tomé e Príncipe, a partir da segunda metade do século XVIII. É um dos livros mais conhecidos e mais completos da nossa história, e depois obviamente o Dr. Armindo Aguiar, com imensos trabalhos feitos na área de história de São Tomé e Príncipe e temos tido muitos de nós, do grupo dos anos 80, que tem influenciado alunos mais jovens.

Como a senhora vê a participação das mulheres ao longo dos processos históricos de São Tomé e Príncipe e na sua experiência como pesquisadora?

Tenho que tirar um tempinho, pois, o estudo da mulher foi minha tese de doutoramento muito recentemente, e eu sinceramente preferirei se um dia a UNILAB me der outra oportunidade

para que nós falemos deste tema. O percurso das mulheres é um percurso muito interessante, pois a maior parte das mulheres de São Tomé e Príncipe eram analfabetas. Este é o primeiro pressuposto, pela educação caseira ela estava relegada ao segundo e terceiro plano, pois a mulher deveria cozinhar, a mulher deveria lavar, a mulher deveria ser muito limpa e a mulher deveria sujeitar-se ao homem que tinha 4 e 5 outras mulheres né. Portanto, elas vivem uma experiência de submissão muito grande, próprio da colonização do país, o suporte da colonização levou a este papel subalterno.

É verdade que nos anos 60 já se tinha começado no tempo colonial a abrir um pouco a sociedade, para que algumas delas pudessem ser professoras, mas não professoras do posto, como se diz, seria para que algumas trabalhassem em lojas através de algum conhecimento matemático que iam aprendendo nas escolas, afim de que pudessem também ser enfermeiras. Portanto, houve essa abertura para que algumas pudessem ter saído um bocadinho desse *status* para portanto se formarem. Enfim era uma sociedade para as mulheres completamente subalternizada.

Depois da independência iremos assistir o próprio partido único, pois São Tomé e Príncipe até 1990 foi governada por um partido único, portanto o país vivia uma situação, eu não diria, embora alguns estudiosos achem assim, que nós estávamos em uma ditadura, mas, sinceramente eu acho que o historiador deve se distanciar e analisar com alguma frieza as questões que são políticas. São Tomé e Príncipe vivia uma situação que quase todos os países africanos viviam. Portanto, o partido único vai decidir desde 1965, pela emancipação da mulher. Esta foi uma das primeiras bandeiras que segurou, no sentido que as mulheres deveriam se libertar. É verdade que essa questão da emancipação foi bastante mal-entendida pelos homens e, pelas mulheres também (risos). Porque as mulheres achavam que a emancipação era libertinagem total né! Era já não cozinhar para o homem, já não tratar dos filhos, enfim, mas de fato era a alfabetização, formação política, massificação do ensino. Algo por exemplo, no caso das mulheres rurais, mulheres das roças que eu estudei, muitas eram serviçais, portanto, eram resquícius daquela mão dobra aquarteladas, viviam nas roças e começam a ganhar outro rumo fundamentalmente com a alfabetização.

Mas de fato, não se pode dizer que em São Tomé e Príncipe, com o andar da independência as mulheres não progrediram. O progresso é considerável, tanto que já tivemos governos com várias ministras, já tivemos duas mulheres primeiras ministras desse país, já tivemos uma mulher para presidente do Supremo Tribunal de Justiça, enfim, creio que já tivemos candidatas ao posto de Presidente da República duas vezes ou três, a doutora Maria das Neves já foi duas vezes e a doutora Alda Bandeira foi uma vez. Portanto, acho que o salto foi feito, mas é verdade que há algum problema, porque elas ainda são muito poucas, a Assembleia continua a ser dominada por homens e não encontramos muitas mulheres em lugares de responsabilidade. Embora haja sempre muitas

diretoras, tivemos no governo anterior, o décimo sexto governo constitucional com apenas uma mulher. Neste governo temos quatro, portanto creio que essa conquista tem sido feita paulatinamente e acredito que com o tempo será melhor.

Conte-nos um pouco sobre a sua atuação no Ministério da Educação e Cultura, quais as políticas de governo implementadas e demais experiências no âmbito dos trabalhos com os arquivos, patrimônios e museus em São Tomé e Príncipe?

Eu tive o privilégio de ter sido durante 15 anos Diretora Geral da Cultura do meu país. E isto me deu uma oportunidade porque no nosso país sempre tivemos poucos quadros, então, a direção geral da cultura foi obrigada a abarcar a área do Patrimônio, sempre irmanados, tiveram que ter um tratamento especializado, embora lamentavelmente nós nunca tivéssemos um ministério. Portanto, estávamos ligados ao Ministério da Educação durante largos anos. A cultura e o patrimônio sempre constituíram o ser do nosso trabalho. E antes do mais, queria dizer que foi na cultura que nós criamos alguns dos departamentos para que pudéssemos especificar melhor a nossa ação. Tivemos por exemplo, um centro das artes do espetáculo onde fazíamos o tratamento do teatro, tratamento da música, tratamento dos vários artefatos vivos, não é?! Trabalhamos bastante na preservação daquilo que nós chamamos de cultura imaterial. Tivemos o arquivo histórico e, de fato o arquivo histórico foi um dos nossos maiores projetos na cultura e tivemos na nossa alçada a Biblioteca Nacional.

Estando nós muitas vezes ligados a educação, o problema é que muitas vezes nós nos sentíamos abafados pela educação. A educação é um setor que absorve, é um setor muito dinâmico, e a cultura sempre esteve ali muito pequenina, muito subalternizada dentro da educação, e umas das grandes lutas que nós tivemos foi de fato que considerasse a cultura um setor importante para a projeção do país. Por essa razão tivemos oportunidade de realizar parcerias com consulados e várias organizações internacionais. Primeiro, a União Europeia, chegamos a pertencer a um projeto na altura dos anos 90, que fazia a salvaguarda de todos os artefatos culturais, da cultura material, da cultura imaterial. Estivemos ligados aos outros países da África Central, nomeadamente o Gabão, Angola, República Centro-Africana, Congo (Brazzaville), o Congo Democrático.

Daí que tenhamos conseguido fazer a salvaguarda neste âmbito, alguns extratos culturais. Conseguimos publicar alguns livros e, nomeadamente, o livro História de São Tomé e Príncipe: breve síntese, que eu e o Dr. Carlos Neves somos autores. Conseguimos publicar um livro sobre o *crioulo e as línguas nacionais*, conseguimos publicar um dicionário de quatro mil palavras do *crioulo forro*, traduzido para o francês e português. Assim como conseguimos publicar a ata do Colóquio das Línguas Nacionais realizada em 2001. Também faço menção a uma reunião de

materiais que fizemos sobre a *Farmácia Tradicional*. Nomeadamente às utilidades das folhas e das plantas tradicionais para São Tomé e Príncipe, uma vez que dificilmente para o nosso país a medicina curativa faz -se através da medicina regular. Normalmente os são-tomeenses recorrem a essas folhas e, tivemos o cuidado de trabalhar as folhas tradicionais e ainda fizemos uma grande recolha da cozinha tradicional em termos da sua confecção e do seu valor nutritivo. Este foi um dos trabalhos que nós fizemos ligados à União Europeia e aos países da África Central.

Tivemos outra parte extremamente importante da salvaguarda do património, ligada à escola do Património Africano do Benin, situada na cidade de Porto Novo, portanto nós fomos nomeados pelos países da África de Expansão Portuguesa, do Conselho de Administração. Eu fui membro do Conselho de Administração da Escola do Património Africano durante alguns anos e, foi aí onde nós fomos defendendo a formação dos quadros nos arquivos, museus e bibliotecas do país. Alguns dos nossos estudantes tiveram a possibilidade de estudar nessa escola, é uma escola extraordinária, que de fato trabalhava bastante na questão da salvaguarda dos museus e arquivos, inclusive houve a possibilidade deles se deslocarem a São Tomé e Príncipe para ajudar na sistematização das nossas coleções museológicas.

Graças a esse projeto com a escola do património africano é que nós temos no nosso museu um único depósito, onde existe uma sala com estantes compactas, elas nos ajudam a acondicionar muito melhor os documentos. Mas perdemos em outras partes, não conseguimos colocar aparelhos de ar-condicionado nos nossos depósitos, os documentos continuam em mau estado de preservação, alguns documentos vêm se partindo. Temos uma rica coleção do século XIX, sobretudo acerca da mão de obra nas antigas roças. Uma documentação bastante importante sobre os caminhos de ferro em São Tomé e Príncipe. Temos uma documentação extremamente importante dos edifícios públicos e das pontes dos fontanários, é preciso preservar. Recentemente estava a falar com a professora que representa cá os mestrados na universidade de Évora, dizia ela que há documentos, há boletim oficiais, que vocês têm, que nós não encontramos na Europa. Só em São Tomé e Príncipe existe esses boletins oficiais. Então de fato, custa muito continuar com esses documentos sem a devida preservação. Mas eu não estou a falar agora, vou falar, portanto daquilo que foi feito por nós (risos). Conseguimos fazer a classificação preliminar de tudo que era património arquitetónico em São Tomé e Príncipe com o concurso da Unesco. Conseguimos deslocar através da Unesco para São Tomé um perito da Martinica que fez, portanto, a classificação preliminar de tudo que é património arquitetónico de São Tomé e Príncipe.

Conseguimos fazer publicar a primeira lei do património, lei nº 4/2003, Lei do Património Histórico e Cultural, que, portanto, é hoje a lei que todos se baseiam para o fim da reabilitação dos edifícios e, fundamentalmente, forma que quando se faça qualquer reabilitação, não se estrague as

fachadas, são edifícios coloniais, de história colonial extremamente importantes. Conseguimos ratificar a convenção do patrimônio da Unesco do ano de 2000, a convenção do Patrimônio cultural natural. Conseguimos ratificar a convenção do patrimônio imaterial, a convenção da diversidade cultural e estávamos em dias de ratificar a convenção do tráfico ilícito dos bens culturais que ainda não conseguimos. Assim como não ratificamos ainda a convenção do patrimônio subaquático.

São Tomé, certamente será um país bastante forte, em termos pela sua posição geográfica, geoestratégica. Portanto acreditamos que se trata em termos arqueológicos, uma potência forte na nossa região. Eu creio que São Tomé e Príncipe deva dar importância muito seriamente a essa sua posição geoestratégica. Eu poderia vos dizer outra coisa, mas sinceramente o que me vem agora a memória são, portanto, estes trabalhos que nós realizamos na direção geral da cultura.

Vale ressaltar que também conseguimos levar uma parte do nosso arquivo para Casa Comum⁶. Daí que vocês encontrarão quando entrarem, imensos fundos em séries do Arquivo Histórico de São Tomé neste fundo. Conseguimos inclusive fazer a digitalização de um dos jornais mais importantes do nosso país, o jornal Revolução.

Quais as suas impressões sobre o Ensino de História e das Ciências Humanas em São Tomé e Príncipe? O que a senhora pensa que pode ser mudado e/ou renovado?

Nós temos um curso de história da nossa universidade. Este curso de história é um curso que não é muito diferente dos cursos similares, em países como Cabo Verde ou até mesmo Portugal, portanto, existem muitas cadeiras semelhantes, por exemplo, a história das civilizações clássicas, história geral da África, metodologia de investigação em história, enfim, há um conjunto de cadeiras iguais a outras universidades. Porém, acho que sendo uma universidade nova, de fato a cada ano temos tentado melhorar, nossos alunos são fundamentalmente orientados para ensino. Também criamos outras cadeiras ligadas ao trabalho nos arquivos, salvaguarda destes e dos museus, salvaguarda das bibliotecas e fazemos muitos trabalhos práticos nesses espaços. Nós achamos que essa variante patrimonial seria bastante importante para o curso de história, temos também cadeiras como a antropologia, história da cultura de São Tomé e Príncipe que é no fundo a etnografia do nosso país e, pois, com certeza aquelas cadeiras é que todos os cursos de história deveriam ter. Estamos a pensar em abrir no próximo ano o mestrado em história e, esse mestrado em história com

⁶ A plataforma Casa Comum disponibiliza a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares, assim como de documentação existente em outros arquivos, organizações e instituições parceiras que integram o projeto. Pretende-se dar acesso centralizado a catálogos e outros instrumentos de descrição de fundos e coleções, permitindo a pesquisa simultânea de documentos de diferentes proveniências e potenciando a descoberta de complementaridades e relações entre eles. Para ver mais acessar: <http://casacomum.org/cc/arquivos>

a universidade de Évora, portanto, vamos dar a esse mestrado uma vertente fortemente patrimonial. Portanto, isto é a evolução que nós temos feito com muitos alunos ávidos da abertura deste mestrado, até porque todos os anos nós temos alunos a formar-se em história. Neste momento, temos uma turma do primeiro ano, uma turma do terceiro ano e temos uma turma do segundo ano. Portanto, todos os anos temos muita procura na área de história.

Ainda sobre o ensino de História, é uma questão que nós precisamos trabalhar bastante. Lamentavelmente a nossa educação, funciona muito em pequenas ilhas, isto é, eu pessoalmente desejaria que houvesse uma sistematização daquilo que se ensina desde a escola, desde os jardins de infância até a universidades. O que nós notamos, é que muito pouco tempo é dedicado ao ensino da história do nosso país, quer no ensino primário, quer no Liceu. A história de São Tomé e Príncipe é apenas dada praticamente no final do ano letivo. Resultado: os alunos têm muito pouco tempo para tomarem conta da história do seu país. Levam mais tempo a estudar a história europeia, a Revolução Francesa, Revolução Americana, a Independência dos Estados Unidos da América e, enfim, muito pouco tempo dedicado a história de São Tomé e Príncipe, do continente.

Isto leva a crer que muitos ingressam na universidade, vão sem conhecer quase nada dessa história. Quando os meus alunos veem documentos primários de São Tomé e Príncipe, dizem: uau! Nós nunca ouvimos isso, então de fato é preciso haver mais tempo, uma maior ênfase na história do país nos currículos destes alunos. Para além disso, há a questão tempo, neste momento do primeiro nível do ensino secundário, só se ensina a história de STP em duas horas letivas na semana. É uma aberração! Apenas duas horas quando tem, não sei quanto tempo a estudar cadeias como a sociologia, cadeiras como a psicologia, cadeiras que aqui se chamam integração social. E achamos que de fato temos que parar um pouco, e analisar como é que pode ser tão pouca a carga horária para o estudo da história de São Tomé e Príncipe nos currículos escolares.

Professora Nazaré, comente um pouco as relações históricas entre São Tomé e Príncipe e o Brasil, assim como as possibilidades de diálogos e pesquisas.

Eu tenho o Brasil como um dos maiores pretextos para a pesquisa nas ciências humanas. São Tomé e Príncipe era o entreposto de escravos para o Brasil, e quando eu estive no Rio de Janeiro a uns quatro anos atrás, fui visitar o Cemitério dos Pretos Novos, quando estava, portanto, a construir o Cais do Valongo. Aquele cais é um patrimônio histórico de vocês, mas, sinceramente eu senti um calafrio.

O estudo da escravatura é um dos maiores estudos no qual deveríamos continuar a investigar em conjunto. A escravatura uniu-nos fundamentalmente a partir do século XVIII, nós temos uma

relação extremamente importante com três cidades do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. E isto no século XVIII, no livro de Dr. Carlos Neves, São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII, mostra perfeitamente esta relação. Depois, nós temos outros substratos, porque no século XIX quando se acontece a independência do Brasil, muitos brasileiros que não quiseram ficar no Brasil, para onde vieram? Para São Tomé e Príncipe e, fundamentalmente para ilha do Príncipe. Daí que nós encontramos na Ilha do Príncipe a mesma forma de vestir das mulheres, encontramos o caruru né, muito semelhante, embora nós chamamos *calulu*, mas vem daí a moqueca e, muitas famílias são-tomeense tradicionais vão dizer-me: o meu avô trouxe, veio com este e aquele empreendedor para introduzir o café e o cacau. Então, temos substratos culturais tão fortes, históricos, antropológicos, linguísticos e patrimoniais que de fato antes de fazer o doutoramento eu pensava, meu Deus! Eu tenho que fazer o estudo comparado entre São Tomé e Príncipe e o Brasil. Mas, no tempo acontecido ao pós-doc, a outra coisa qualquer, este meu sonho não parou, quando os colegas brasileiros haveremos de escrever livros, fazer pesquisas sobre estudos comparados históricos, antropológicos e arqueológico entre nós e o Brasil.

Assim, em São Tomé e Príncipe existiu mais ou menos dois tipos de escravatura, a primeira do século XVI que foi até o século XIX, aquela escravatura que nós conhecemos como do tráfico. E depois tivemos aquela escravatura escamoteada do século XIX, a partir de 1875 quando vieram os serviços para São Tomé que apesar de trazerem um contrato, era com certeza uma escravatura tal qual dizem alguns estudiosos, onde eram tal e qual as plantas do quintal, as flores do quintal, porque eles eram completamente coisificados. Sem datas de regressar aos seus países de origem. Nós temos feito tratamento dessa questão de forma muito *descomplexada* em São Tomé e Príncipe. De forma que depois da independência conseguimos perfeitamente sair desse emaranhado, dessa questão que as pessoas viveram, muitos tiveram consciência dessa situação, a história da massificação do ensino ajudou a “tornar as coisas mais leves”. Tomamos conhecimento dos vários nomes que se davam aos expatriados: *tonga*, *gabão*, *angular*. E de fato, tratamos a escravatura em São Tomé e Príncipe como um país de entreposto. Eu todos os dias digo para meus alunos que, todos os comportamentos culturais, sociais que nós temos é um comportamento de miscigenação, nós somos um povo que recebemos influência de todos os países, isso aconteceu com inúmeras ilhas do Atlântico. Quando eu falar sobre meus alunos da ilha, falo também aos meus alunos da Ilha de Guadalupe, Martinica, da Ilha da Reunião, eles passaram pelos os mesmos processos históricos que nós passamos, não temos que complexar da nossa história nem ter receio da nossa origem.

O que a senhora pode dizer sobre o projeto UNILAB (BRA) e as possibilidades de interlocuções com outras intelectuais, pesquisadoras do continente africano?

Olha, mesmo não conhecendo a UNILAB⁷ fisicamente, eu já sinto muito carinho pela UNILAB. Não sei se é porque eu tenho tido alguns alunos que as vezes saem das nossas mãos, escapam da universidade Lusíada onde as vezes dou aulas, escapam da universidade de São Tomé e Príncipe e vão para lá para acabar seus estudos e retornam formados. Eu sinto um carinho imenso pela vossa universidade. Porque eu sinto que é uma universidade que tem contribuído para a formação dos africanos, é uma universidade que tem trazido uma mais-valia em termos teóricos e práticos. Eu participei de uma discussão sobre a independência de São Tomé e Príncipe com alguns professores, moçambicanos inclusive, eu achei a massa crítica da UNILAB bastante boa e há de ajudar, portanto, os nossos estudantes que aí estão, a serem bons profissionais. Nós já temos um convênio com a UNILAB, no ano letivo passado, começamos um curso de pós-graduação em segurança alimentar. Este curso de pós-graduação vai se transformar em breve num Mestrado, em que participarão para além de são-tomenses outros alunos, partindo do pressuposto que São Tomé e Príncipe é por excelência, apesar das vezes não parecer ser, um país agrícola, portanto para nós o mestrado, uma pós-graduação em segurança alimentar torna-se assim importante.

Por outro lado, estamos a pensar com a UNILAB sobretudo neste tempo da pandemia em que não sabemos o que que será o mundo dentro dos próximos meses, ou dentro dos próximos anos. Pedimos a UNILAB que nos ajudem, isto já no nível da reitoria da Universidade de São Tomé e Príncipe onde eu respondo, pela cooperação para que a UNILAB nos ajude a trabalhar as nossas aulas, online com os alunos. É, portanto, um manancial de projetos que podemos ter apesar da crise, são estas as ações que nós estamos a prever. Temos que pensar em outras vias, de nos auxiliarmos uns aos outros, é preciso sinceramente adotar, portanto metodologias bastante claras e participativas no sentido também de não deixar os alunos sem aulas e os professores também sem trabalhos e, pesquisa paradas, precisamos continuar, não é?

Eu sinceramente só gostaria de agradecer. Não me chamo de especialista de jeito nenhum,

7 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. As atividades administrativas e acadêmicas da Unilab se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a Unilab está presente no município de São Francisco do Conde. Disponível em: <http://unilab.edu.br/institucional-2/>

todos os dias eu digo que eu sou animadora e, eu estou aqui como são-tomeense para partilhar a minha experiência de trabalho. Temos que continuar, as minhas conquistas são conquistas de equipes e são conquistas dos colegas do Brasil, são conquistas dos colegas angolanos, colegas cabo verdianos, dos colegas guineenses também e moçambicanos. Pois eu tenho gente em todas essas universidades que tenha seguido o meu trabalho. Portanto eu só tenho a vos agradecer.

Referências Bibliográficas

CEITA, Maria Nazaré e NEVES, Carlos Agostinho das. História de São Tomé e Príncipe. Breve Síntese. STP, 2004.

_____. A evolução do mundo rural em São Tomé e Príncipe in Actas do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Maputo, 1998.

_____. Cidades, construção e hierarquização dos espaços e dos homens – o caso de São Tomé e Príncipe. In Construção e Ensino de História de África, Lisboa, 1995.

DIAS, Jil e ALEXANDRE, Valentim. **S. Tomé e Príncipe**. Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano 1825-1890. Editorial Estampa, 1998.

SEIBERT, Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. In Anuário Antropológico (Online), 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1411>

JERONIMO, Miguel Bandeira (org.). O Império colonial em questão (sécs. XIX-XX), Edições 70, 2013.

NASCIMENTO, Augusto. A historiografia sobre São Tomé e Príncipe 1980-2008: uma leitura. Anuário 2009, Centro de Estudos de História do Atlântico. Funchal, Madeira, 2009. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9644/1/2009_aceha_nascimento.pdf